CONTRIBUIÇÕES DA ESQUERDA POPULAR SOCIALISTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (EPS-PT)

Documento para o debate no Diretório Nacional sobre o balanço das eleições gerais de 2026, a correlação de forças e as tarefas do próximo período.

A reeleição de Lula foi uma vitória democrática e popular extraordinária, mas não alterou, por si só, a correlação de forças nem a presença social e institucional da extrema direita. Nossa história, construída ao longo de mais de quatro décadas, não se resume a um evento eleitoral, por mais importante que ele seja, nem se confunde com as circunstâncias conjunturais ou com as dificuldades organizativas de cada período. Somos fruto de uma luta histórica e coletiva, comprometida com a classe trabalhadora, com a democracia, com a justiça social e com a construção de um Brasil soberano e igualitário.

Este balanço distingue o resultado eleitoral de seus limites, apresenta o diagnóstico político da EPS-PT e organiza as tarefas que decorrem dessa leitura. A mobilização que contribuiu para a vitória deve ser reconhecida sem ser atribuída a um único fator; a unidade eleitoral tampouco apaga a contribuição dos movimentos sociais, cuja autonomia deve ser respeitada. É esse compromisso histórico que deve continuar orientando nossa atuação e nossa perspectiva de futuro.

1. Balanço eleitoral

Lula foi reeleito no segundo turno com 51,79% dos votos válidos (64.256.232 votos), contra 48,21% de Flávio Bolsonaro (59.826.041), diferença de 4.430.191 votos. No primeiro turno, Flávio obteve 47,03% e Lula, 45,16%. O resultado confirmou uma disputa acirrada e uma base eleitoral expressiva da extrema direita. A vitória exigiu ampliar apoios e construir uma frente democrática para além da base tradicional do PT.

A votação presidencial não se traduziu em maioria parlamentar. O PL elegeu 121 deputados federais e 19 senadores; a Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) conquistou 88 cadeiras na Câmara, 70 delas do PT. A federação cresceu em relação a 2022, mas o PL permaneceu como maior bancada individual. Nas eleições estaduais, o PT elegeu governadores na Bahia, no Ceará e no Piauí no primeiro turno e venceu no Rio Grande do Norte no segundo. Forças de direita e centro-direita mantiveram presença

expressiva nos governos estaduais. A correlação resultante impõe limites à construção de maiorias e à realização de mudanças estruturais.

A força eleitoral de Lula não se transfere automaticamente às candidaturas, bancadas ou estruturas locais do PT. Tampouco a conquista do governo equivale à conquista de hegemonia política. A extrema direita preservou representação institucional, influência ideológica e capacidade de mobilização. Por isso, os resultados devem ser lidos por região e território, sem tomar a votação isoladamente como medida da organização partidária ou como prova das motivações do eleitorado.

A EPS considera decisiva a contribuição do Nordeste e entende que ela deve estar presente no balanço nacional, sem apagar o papel das demais regiões. Lula recebeu na região cerca de 24,45 milhões de votos (69,37% dos válidos); Bahia, Ceará e Piauí somaram mais de 12 milhões. Na Bahia, a diferença a favor de Lula foi de quase 3,9 milhões de votos e sua votação cresceu em mais de 820 mil entre os turnos. Sergipe também teve votação expressiva para Lula, com quase 990 mil votos (69,53%), embora fosse governado por outra força partidária. No Sudeste, Lula acrescentou cerca de 4,8 milhões de votos entre os turnos. O Norte terminou praticamente empatado na disputa presidencial, com diferenças entre os estados, enquanto Sul e Centro-Oeste apresentaram resultados desfavoráveis ao campo democrático-popular.

Esses dados justificam reconhecer experiências regionais e examinar como se combinaram governos, partido, mandatos, instâncias setoriais, movimentos e mobilização em cada lugar. Não permitem atribuir os resultados a uma causa ou liderança isolada. A trajetória das políticas públicas, a organização popular e o enraizamento partidário são dimensões relevantes da análise e devem ser avaliadas em conjunto com as particularidades sociais e políticas de cada território.

A campanha também mostrou a importância da mobilização cotidiana e da comunicação articulada ao trabalho territorial. No segundo turno, a mobilização ganhou escala, com presença nas ruas, nos territórios e nas redes. Mulheres, pessoas idosas, povos indígenas e juventudes tiveram participação destacada nos atos, nas conversas comunitárias e na produção e circulação de informações. A defesa de um projeto nacional ligado à democracia, à soberania e aos direitos sociais deu sentido político à campanha. A liderança de Lula foi central para reunir essa diversidade.

Também foram registrados avanços na representação política da população LGBTQIA+. O número de parlamentares LGBTQIA+ eleitos passou de quatro, em 2022, para treze, em 2026. As candidaturas à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas somaram mais de 10,7 milhões de votos. Cabe registrar, ainda, as experiências dos governos do Ceará e da Bahia na implementação de políticas públicas voltadas a essa população. Essas informações e experiências integram o quadro mais amplo da participação de diferentes segmentos sociais e da disputa pela ampliação da representação política e da garantia de direitos.

O chamado "Vote como um brasileiro" vinculou a escolha eleitoral à soberania nacional e à solidariedade internacional na luta democrática, enquanto o "L" de Lula se tornou símbolo de unidade e resistência ao fascismo. A expressão "Bora, Lula" também ganhou força como palavra de ordem de incentivo e identificação popular, traduzindo, em linguagem direta, o apoio à candidatura e a disposição de seguir na disputa política. A experiência do canal "Exército de Lula" no WhatsApp ilustra o potencial de articular uma base social já mobilizada; não explica isoladamente o resultado, e o número de seguidores não equivale à participação efetiva.

A unidade eleitoral reuniu forças diversas, sem produzir identidade programática entre elas. A participação dos movimentos na campanha não significa adesão automática ao programa do PT nem subordinação ao partido. Suas agendas, formas de organização e autonomia devem ser respeitadas.

2. Diagnóstico político

A avaliação do governo, a confiança em Lula e a relação da sociedade com o PT são dimensões relacionadas, mas distintas. A vitória eleitoral não demonstra que o partido tenha superado suas dificuldades de representação e diálogo social. A percepção da população se forma também na experiência concreta com renda, custo de vida, emprego, moradia, transporte, segurança e serviços públicos. O balanço deve reconhecer a retomada de políticas e os avanços em emprego, renda e direitos, examinando, ao mesmo tempo, os limites da ação estatal, as demandas não atendidas e as contradições do ciclo.

A governabilidade e a negociação com um Congresso conservador condicionam as decisões, mas não podem se tornar o horizonte exclusivo do projeto político. Persistem a concentração de riqueza, o poder do sistema financeiro, a precarização e a informalidade

nas relações de trabalho, inclusive no trabalho por aplicativos, o endividamento e o alto custo da moradia. A disputa pelo orçamento e pelo investimento público expressa conflitos entre os interesses do trabalho e os do capital financeiro. Indicadores econômicos positivos precisam corresponder a melhorias percebidas no cotidiano e ser acompanhados de participação popular efetiva na formulação e na execução das políticas.

A reorientação da política econômica deve enfrentar o peso dos juros elevados sobre o orçamento público, o investimento produtivo, o emprego e as condições de vida da população. Essa disputa não pode ficar restrita às decisões de governo: exige mobilização social em torno de prioridades como a redução do custo do crédito, a valorização do trabalho, a ampliação dos investimentos e a distribuição da renda. Cabe ao PT articular essas demandas nos territórios, nos movimentos sociais e nos espaços de participação, fortalecendo a pressão democrática sobre as pautas e decisões governamentais.

A presença e a capacidade de mobilização da extrema direita também expõem as dificuldades da esquerda na luta ideológica e na resposta aos valores e às práticas do neoliberalismo, que atravessam a sociedade. É necessário acompanhar as mudanças no mundo do trabalho, disputar valores e manter vínculos com a base social. A permanência prolongada em governos, junto à burocratização e à institucionalização excessiva, enfraqueceu a vida militante e a presença cotidiana do PT em diversos territórios. A comunicação digital é parte da disputa política e deve caminhar junto com a organização, a formação e o trabalho de base. A concentração das plataformas e a circulação de desinformação colocam questões relacionadas à democratização da comunicação e à soberania digital.

Partido, governo e movimentos sociais têm funções distintas e articuladas. O governo administra o Estado e implementa políticas; o partido formula, organiza e disputa ideias; os movimentos constroem pautas e mobilizam a sociedade com autonomia. O PT deve apoiar conquistas e preservar sua capacidade crítica. A organização independente da classe trabalhadora não pode ser substituída pela ação institucional ou pela mobilização limitada ao calendário eleitoral.

3. Tarefas do próximo período

A tarefa central é transformar a força mobilizada na eleição em organização social permanente e capacidade democrática de intervenção. Isso requer recuperar a presença

do PT nos territórios, nos locais de trabalho, estudo e moradia; fortalecer a formação política; renovar lideranças e democratizar as decisões partidárias. A renovação geracional deve garantir a participação real de jovens e novos representantes, considerando a diversidade da juventude trabalhadora e compartilhando o conhecimento acumulado no partido.

É necessário fortalecer sindicatos, movimentos populares e organizações comunitárias, respeitando sua autonomia. Propõe-se estabelecer fóruns permanentes com as organizações populares e a militância partidária para o diálogo, a consulta, a construção de pautas e a participação efetiva nas decisões. Esses espaços devem contribuir para organizar a agenda da sociedade e fortalecer os sujeitos coletivos, sem substituir sua autonomia. A participação social precisa influenciar as decisões, e não servir apenas como consulta ou legitimação.

A agenda de transformação defendida pela EPS-PT articula a defesa da democracia e dos direitos, a valorização do trabalho, a nova industrialização, a soberania tecnológica, a democratização tributária, a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, a defesa dos territórios indígenas, quilombolas e tradicionais e a transição ecológica. Essas mudanças exigem um Estado com capacidade de planejamento e execução, financiamento adequado, desenvolvimento nacional e força social organizada. A perspectiva socialista combina democracia política, igualdade, liberdade, participação popular, sustentabilidade ambiental e soberania nacional.

O PT também deve articular sua atuação nacional à dimensão internacional da luta democrática. Isso implica fortalecer a solidariedade entre povos e forças democráticas, a integração latino-americana e a cooperação entre países do Sul Global, defendendo a soberania diante das disputas entre potências e enfrentando a articulação transnacional da extrema direita. A defesa da democracia no Brasil dialoga, assim, com a luta democrática internacional e com a construção de alternativas de desenvolvimento e paz.

É necessário organizar, no segundo semestre de 2027, um calendário preparatório para o Congresso Nacional do PT, com o objetivo de revisitar e atualizar sua estratégia democrático-popular e socialista, reorganizar a estrutura partidária e formular um plano de curto, médio e longo prazo. Esse debate deve considerar as transições em curso e as mudanças no mundo do trabalho e na sociedade, fortalecendo a capacidade do partido de

representar a classe trabalhadora e de construir um projeto de transformação socialista comprometido com a democracia, a igualdade, a liberdade, a participação popular e a soberania nacional.

A preparação para as eleições municipais de 2028 deve integrar a reconstrução partidária e a presença social, sem depender da transferência automática da votação de Lula. Também é necessário formar novas lideranças e construir condições políticas e organizativas para a continuidade do projeto democrático, popular e socialista para além de uma única liderança. A diversidade das cinco regiões e das unidades da Federação deve participar efetivamente da formulação estratégica e dos espaços de decisão.

A orientação da EPS-PT é fortalecer o PT como instrumento político da classe trabalhadora, ampliar a organização autônoma dos movimentos, aprofundar a democracia participativa e disputar mudanças estruturais. Ao longo de mais de quatro décadas, o PT construiu uma trajetória que pertence à história das lutas da classe trabalhadora e do povo brasileiro. As circunstâncias eleitorais, as dificuldades conjunturais e os desafios organizativos de cada período não anulam esse legado nem o compromisso que lhe deu origem. A vitória de 2026 abriu condições institucionais importantes para a continuidade dessa trajetória; sua conversão em força social duradoura depende da organização, da participação e da capacidade de responder aos problemas concretos da população.

Brasília, 12 de novembro de 2026

Esquerda Popular Socialista do Partido dos Trabalhadores (EPS-PT)